



Lei nº 1.573 de 28 de maio de 2018.

Dispõe sobre o plano ticket feira no âmbito do Município de Lajinha/MG e dá outras providências.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros, Prefeito do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, no uso das suas atribuições,

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído no Município de Lajinha o “Programa Ticket Feira”, em benefício dos servidores públicos municipais e da feira livre de produtores rurais.

Parágrafo único. Poderão participar do programa apenas os feirantes cadastrados na Cooperativa de Agricultura Familiar de Lajinha – COAFA, sob a supervisão da Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. O ticket feira terá o valor individual de R\$12,00 (doze reais) mensais e prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar do seu recebimento.

Parágrafo único. O benefício não se incorporará à remuneração do funcionário ou servidor e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias, fiscais, bem como não servirá para cálculo de vantagens funcionais.

Art. 3º. Farão jus ao recebimento do ticket feira instituído nesta lei os servidores públicos municipais de Lajinha, excluídos os detentores de cargos políticos e eletivos.

Art. 4º. Verificada a ocorrência de pagamento indevido do ticket feira, o valor será descontado do pagamento do servidor no mês subsequente.

Parágrafo único. O ticket feira somente poderá ser utilizado na feira livre de produtores rurais de Lajinha, sendo que a utilização em descumprimento desta lei poderá acarretar a punição do servidor e do feirante.

Art. 5º. As despesas com o ticket feira serão pagas diretamente à Cooperativa da Agricultura Familiar de Lajinha através de repasse, mediante a apresentação e aprovação da prestação de contas.



Art. 6º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o orçamento no valor das despesas e a proceder alterações e inclusões orçamentárias no Plano Plurianual, que se fizerem necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 7º. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá editar normas complementares, necessárias à fiel execução desta lei.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publica-se e cumpra-se.

Lajinha/MG, 28 de maio de 2018.

João Rosendo Ambrósio de Medeiros

Prefeito de Lajinha/MG

